

Jornalista-político: Carlos Lacerda e a ação dupla na esfera pública

Rafael Duarte Oliveira Uenancio¹

Resumo

Nos anos 50, Carlos Lacerda foi um dos principais personagens da esfera pública brasileira. Atuando, ao mesmo tempo, como jornalista e político, serve de exemplo para estudar as relações entre a Mídia e o Poder Político. Esse artigo propõe uma análise que mistura a trajetória do articulista com conceitos teóricos de Jurgen Habermas e Louis Quéré que analisam o campo jornalístico em interseção com a política. O objetivo é perceber como a ação dupla de Lacerda pode contribuir para as reflexões acerca do futuro do Jornalismo.

Palavras-chave: *História do Jornalismo, Carlos Lacerda (1914-1977), esfera pública, Mídia, Poder Político, política brasileira*

Os grandes personagens da História produzem fascinação em diversos pesquisadores. Entretanto, é inaceitável, para os patamares colocados para as pesquisas atuais, contar as tramas históricas “saltando” de figurão a figurão. Desse modo, uma questão para refletirmos é como tratar de tais personagens, sem fazer aquilo pode ser caracterizado por *historicismo*².

Um dos problemas desse tipo de análise é que, entre outras conseqüências conclusivas, não percebem que os bens culturais “devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos” (BENJAMIN; 1996, p. 225). Para Walter Benjamin, a forma de fugir desse viés era, além de um distanciamento do processo de barbárie da transmissão de cultura, a tarefa de escovar a história a contrapelo.

Porém, não podemos renegar o vasto campo de pesquisa proporcionado por esses grandes personagens. Suas trajetórias e a análise proveniente delas podem e devem servir

¹ Graduando em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e bolsista de Iniciação Científica do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP) com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Utilizo o termo *historicismo* e *historicista* de acordo com as idéias de Walter Benjamin em *Sobre o conceito da história* onde ele é colocado em contraposição ao *materialismo histórico*.

para uma práxis transformadora visando mudanças no campo do Conhecimento e das práticas sociais.

Se pensarmos na Comunicação Social, especialmente no Jornalismo que é a área relacionada a esse artigo, tais figuras são utilizadas como exemplos sem ao menos fazer alguma reflexão. Ora, não podemos apenas citar Cláudio Abramo e sua famosa ética do marceneiro e achar que estamos contribuindo enormemente para a formação dos novos profissionais ou para a mudança da prática jornalística. Muito mais interessante seria aprofundar e contrapor esse modelo de conduta com outras visões, consonantes ou não.

É nesse modelo analítico que o presente estudo busca estudar uma das figuras mais controversas do cenário democrático-populista brasileiro dos anos 50. Carlos Lacerda, com sua interessante atuação, seja no Plenário seja na *Tribuna da Imprensa*, pode ser uma mola reflexiva nos estudos que buscam a interseção entre Mídia e Poder.

A composição da figura pública

Com seus óculos de aros grossos e seu cabelo cuidadosamente penteado para trás, Carlos Lacerda era uma figura que, além de simbolizar “um tipo de oposição política marcado pela virulência dos ataques, verdadeira metralhadora giratória que mudava de alvo sem parar de atirar” (DA MOTTA; 1999, p.1), fascinava e aterrorizava a população e os políticos.

Em uma comparação com o ex-governador Chagas Freitas, Marly Silva da Motta analisa a postura carismática de Lacerda em contraposição ao conceito de *máquina política*:

Se a força do chaguismo se assentou na sua capacidade de agregar pessoas e interesses comuns em torno de uma azeitada máquina política, suportada, é verdade, pelo expressivo patrimônio de poder então acumulado no Executivo estadual, o segredo do lacerdismo residiu nas emoções que Lacerda era capaz de despertar em seguidores apaixonados e adversários empedernidos. Ser lacerdista ou antilacerdista significava compartilhar sentimentos apaixonados de pertencimento a grupos que se definiam pela comunhão de valores, representação e atitudes em relação à figura carismática de Carlos Lacerda. Desse modo, se para entender o chaguismo é preciso dissecar a montagem de uma máquina política, para compreender o lacerdismo torna-se necessário analisar o processo de construção do carisma (DA MOTTA; 1999, p. 28).

O carisma era o ponto ambíguo da figura pública de Carlos Lacerda. Tanto a bem sucedida amplitude de sua exposição, seja política ou midiática, como o fracasso político e

obscurantismo desencadeado após o AI-5, foram conseguidos através dessa característica pessoal. Ele mesmo comenta a dupla face do *lacerdismo*:

Quanto ao chamado *lacerdismo*, foi realmente um fenômeno que existiu e que teve várias conotações, umas muito nobilitantes, no sentido de que o *lacerdismo* seria um estado de espírito, digamos, reformador e honesto; outras mais pejorativas, como “as mal-amadas”, termo inventado pelo Antônio Maria, exatamente depois daquela história da greve da PANAIR, um certo fanatismo... As “mal-amadas”, segundo Antônio Maria, seriam criaturas que não era suficientemente amadas pelos respectivos maridos ou namorados e que se fixavam em mim, como um mito, assim, machista. Era essa a intenção dos que usavam o termo pejorativamente. Era como se você dissesse “as solteironas” (LACERDA; 1978, p. 222-3).

Mas não era apenas de carisma que Carlos Lacerda, enquanto figura pública, sobrevivia. Ser polêmico era outra característica crucial, a base de sustentação de sua metralhadora giratória argumentativa. Apesar de afirmar que achava conversa política uma conversa chatíssima (LACERDA; 1978, p. 402), era capaz de enfrentar platéias hostis, como lembra o ex-deputado e aliado Raul Brunini, que afirma que, “um dia, brincando, eu perguntei a ele [Lacerda]: ‘Você teria coragem de comparecer a uma reunião do pessoal do PTB, do Getúlio, dos comunistas?’ ‘Bom, se eu conseguir falar cinco minutos, eu consigo dominar.’ Ele tinha essa coisa, ele falava” (BRUNINI; 1994, p. 50).

Desse modo, Lacerda, o “demolidor de presidentes”, discursava para seus leitores, eleitores e adversários. Além do forte exercício argumentativo, usava o recurso da polêmica que Wainberg, Campos e Behs caracterizam como um lado presente, porém esquecido, do jornalismo. Afirmam que:

A polêmica, por isso, é sempre um show de esgrima no qual o inimigo é visível. Para conseguir mobilizar seus efeitos de cólera e paixão, tal controvérsia é pública sempre e não titubeia em aprisionar no alvo o opositor. O opositor é inimigo mesmo, cabe ressaltar. A disputa é pessoal, raivosa. A luta disfarça-se de retórica da razão, mas é cabra mandada do coração. O opositor é citado à exaustão. Não cabe neste tipo de confronto disfarces em profusão. Ao contrário: a troca de farpas é frontal sempre. Nestas condições, provocações são feitas de parte a parte. Todas elas são aceitas e bem-vindas. É da natureza da performance o dedo acusador e a fala rotuladora. É mais fácil assim: revela-se ao público o que se espera mesmo de galos de rinha – bico afiado e coragem teatral. Ou seja, observando-se os insultos fica-se a pensar que tais personagens não medem as conseqüências de suas aparições. O rompante é verdadeira avalanche simbólica. Passa como um estrondo, atordoante. Deixa marcas, feridas. Pretende-se arrasador. O opositor não lhe foge à mira: é tratado de forma rude, caricatural. Neste ringue, todos são impiedosos (WAINBERG, CAMPOS & BENS; 2002, p. 51).

Deixando de lado alguns exageros feitos no trecho acima, a polêmica era mesmo o combustível da política nos anos de Lacerda (e, não seria exagero, afirmar que continua assim). Esse carisma de cunho polêmico era o resumo da figura pública lacerdista, porém não podemos esquecer que ele não era apenas mais um político do momento democrático, era um atuante jornalista. E foi no jornalismo que suas ações foram realizadas e conquistaram notoriedade.

Lacerda: político-jornalista ou jornalista e político?

De família política, Carlos Lacerda sempre freqüentou o meio político e matava aula para assistir os debates políticos que seu pai, Maurício Lacerda, participava como vereador na cidade do Rio de Janeiro. O interessante é que, apesar de reconhecer que foi criado nesse clima, Lacerda afirma que o jornalismo foi crucial para o caminho escolhido:

Depois o jornalismo me levou, naturalmente, a um tal contato com a política que acabou importando numa espécie de compromisso: à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las. Entrei no jornalismo acho que por falta de vocação para qualquer outra coisa (LACERDA; 1978, p.28).

Com o sem vocação, Lacerda começou nos dois campos muito cedo. Na política, iniciou no movimento comunista, porém, depois do escândalo interno provocado por sua reportagem *A exposição anticomunista*, publicada em janeiro de 1939 no *Observatório Econômico*, rompe e segue uma linha direitista que o levará para a UDN. Sua jornada no jornalismo se inicia junto com a política na editoria de educação, comandada por Cecília Meirelles, do *Diário de Notícias*.

O ano de 1946 pode ser considerado o início da atividade jornalística que notorizará Lacerda. Uma proposta, apresentada ao editor Paulo Bittencourt, que, futuramente inspirará a fundação, em 1949, do seu jornal *A Tribuna da Imprensa*. Ela consistia em,

a exemplo das *Farpas* de Eça de Queirós, fazer um tipo de crônica da Constituinte que não fosse só uma crônica política, mas também uma reportagem, uma espécie de comentário sobre a vida nacional. Assim se criou aquela seção chamada “Na Tribuna da Imprensa”, que era uma espécie de relato da vida brasileira através da crônica da Constituinte (LACERDA; 1978, p. 29).

É com esse jornal que Lacerda iniciará sua famosa mistura de jornalismo com política dos anos 50. Segundo da Motta, “o alto grau de alfabetização e urbanização carioca favoreceu (...) o debate político através da imprensa, que se tornou um dos principais elementos na conquista do capital político necessário para a ocupação de espaço no concorrido campo carioca” (DA MOTTA; 1999, p.5).

O conceito de *capital político*, nesse caso, seria aquele desenvolvido por Pierre Bourdieu, que significa uma forma de capital simbólico, monopolizado por alguns, graças à confiança e ao reconhecimento grupal (BOURDIEU; 1990, p. 187). Em poucas palavras, poderíamos dizer que, no limite, o jornal era crucial para a manutenção do carisma de Carlos Lacerda perante o público.

Interessante lembrar que Lacerda tinha sido o vereador mais votado no Rio em 1947, porém renunciou no ano seguinte devido à retirada do poder que a Câmara Municipal tinha de examinar os vetos do Executivo. Portanto, em toda crise do segundo governo Vargas, Lacerda era apenas um jornalista. Ao refletir sobre a época, ele afirma:

Em 50 não me candidatei. Fiquei na *Tribuna da Imprensa*, só no jornal. Francamente não sei por que não me candidatei; a verdade é essa. Mas tentando agora adivinhar por que ou pesquisar por que, assim, retrospectivamente, chego à conclusão de que primeiro o jornal para mim era uma coisa muito absorvente, era um jornal muito pobre numa vanguarda de luta. Praticamente um jornal sozinho na posição que tinha tomado, que não era uma posição simpática à segunda candidatura do Brigadeiro [Eduardo Gomes] e ao mesmo tempo era uma posição absolutamente de combate à volta do Getúlio, com uma parte do noticiário muito sacrificada, porque era um jornal eminentemente político, e que não podia se dar ao luxo de ter uma parte noticiosa cara, portanto capaz de competir com jornais vamos dizer jornalisticamente mais equipados. Então a *Tribuna da Imprensa* absorvia muito o meu trabalho (LACERDA; 1978, p. 109).

Entretanto, esse pequeno jornal, apenas o sétimo vespertino mais lido do Rio de Janeiro em 1952 (DE ABREU & LATIMAN-WELTMAN; 1994, p.30), se transformou em protagonista na forte campanha antigetulista feita pela imprensa. Tudo isso graças à figura de Carlos Lacerda que, com a habilidade de sua figura pública, enfrentava o *Última Hora*, de Samuel Wainer, bancado pelo Governo desde sua criação em 1951. Só que essa luta não era feita só.

Toda a grande imprensa mobilizara-se para esmagar a *Última Hora* e, com isso, silenciar Getúlio. Os dardos mais envenenados da oposição eram lançados por Carlos Lacerda, a través da *Tribuna da Imprensa*. De mero bastião antigetulista, converteu-se, aos poucos – com Roberto Marinho oferecendo a Lacerda os microfones da Rádio Globo, e Chateaubriand, as telas da TV Tupi – no veículo por excelência da oposição, com

constantes apelos às Forças Armadas para que elas “restabelecessem a democracia no Brasil” (GLASBERG; 1982, p. 116).

Podemos considerar que, nesse momento, começa a forte ação de Carlos Lacerda na esfera pública brasileira, exemplificando um encadeamento do Poder com o jornalismo.

Esfera pública e Lacerda

Habermas deixa bem claro que “a categoria ‘esfera pública’ precisa ser (...) explorada naquele vasto campo outrora tradicionalmente imputado à ‘política’” (HABERMAS; 1984, p. 9). Em uma análise precisa, lembra que

a esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de modo tal que ela mesma se torna parte do setor privado. A separação radical entre ambas as esferas, na qual se fundamenta a esfera pública burguesa, significa inicialmente apenas o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada (HABERMAS; 1984, p. 169).

Porém, ele indica que há um processo de refuncionalização da esfera pública que pode ser percebida pela imprensa, instituição por excelência dessa área. Em uma espécie de movimento de retorno, a esfera pública deixaria de ser fórum de debate para ser um domínio de consumo entre comercialização, política e mídias.

A vida pública assume um caráter quase feudal. Novos meios técnicos sofisticados são empregados para dotar a autoridade pública com aquela aura e prestígio que uma vez eram concedidos às figuras reais pela publicidade encenada das cortes feudais. Esta “refeudalização da esfera pública” torna a política um espetáculo que os políticos e os partidos procuram administrar, de tempo em tempo, com o consentimento aclamante da população despolitizada. A massa da população é excluída da discussão pública e do processo de tomada de decisão, e é tratada como recurso manipulável que os líderes políticos podem utilizar para extrair, com o auxílio das técnicas da mídia, aprovação suficiente para legitimar seus programas políticos (THOMPSON; 2002, p. 71-2).

É nessa conjuntura que Louis Quéré, em *Der miroirs equivoques*, reflete acerca do campo jornalístico, fundado através das interações entre o Poder político, o público e o jornalista-narrador.

Tomando lugar ao lado do Poder político, e mesmo assim, permanecendo próximo do público, ele [o jornalista] “simula o que faz um, e aquilo que agrada ao outro”, sem ser identificável nem a um, nem ao outro. De um lado, ele “simula o Príncipe que não é”, colocando-se ficticiamente no seu lugar. Isto lhe é demandado, de uma certa forma, por seu

papel de porta-voz de uma opinião pública investida de uma missão crítica e legisladora (QUÉRÉ; 1982, p. 163).

Perceba como as ações de Lacerda, no período da crise do segundo Governo Vargas, obedecem essa movimentação. Ou seja, “conforme a ocasião ele se faz normativo ou crítico. Dá lições de governo, sem conhecer nem responsabilidade, nem riscos do cargo. ‘Ele pensa o Poder que não tem’ (De Certeau)” (QUÉRÉ; 1982, p. 163).

Carlos Lacerda é normativo quando pede por uma intervenção militar para garantir a democracia. Por outro lado, na mesma campanha antigetulista, é crítico em relação ao financiamento do Governo ao *Última Hora*, pedindo (e conseguindo) a instauração de uma CPI, que acabou por assustar os anunciantes do jornal de Samuel Wainer e abalando tanto o jornal como a defesa de Getúlio Vargas na esfera pública. Tudo isso sem sequer ter tido um contato mais claro com o Poder.

Essa forma de atuar, enquanto figura pública, trouxe amplitude e sucesso para o cumprimento de suas metas. Tanto que chegou ao extremo de sofrer um atentado organizado por partidários de Vargas. O atentado da rua Toneleros, ocorrido na madrugada de 5 de agosto de 1954, vitimou o major da Aeronáutica Rubem Vaz e feriu Lacerda no pé.

A já apaixonada campanha lacerdista contra Vargas ganha mais força. “O clima da campanha desencadeada por Lacerda era tal que, em São Paulo, ao vê-lo na televisão, o jurista Oscar Pedroso d’Horta exclamara alarmado: ‘Se isso continuar, Lacerda acabará levando o país a uma guerra civil’” (GLASBERG; 1982, p. 119).

Entretanto, quando a crise de 1954 chega ao extremo ao comprovar o envolvimento de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, no atentado e a renúncia parece a única solução para o Presidente. Porém, como se diz popularmente, o gesto final de Getúlio fez que não só a campanha de Carlos Lacerda morresse na praia, mas virasse o jogo da História para o seu lado.

O suicídio de Getúlio Vargas, na madrugada de 24 de agosto de 1954, marca uma reviravolta na conjuntura da crise. “No primeiro momento, eu mesmo disse: ‘Que coisa horrível terminar assim! Podia ter renunciado ou qualquer coisa, mas ficava vivo’. Alguém teve até essa frase: ‘Puxa, ele puxou a toalha debaixo da nossa festa’” (LACERDA; 1978, p. 147).

Nesse momento, o carisma de Lacerda se transforma em anticarisma. A comoção popular se transformou em alguns focos de depredação dos patrimônios das empresas

jornalísticas de oposição. Cartazes com os dizeres “Morra Lacerda” apareceriam no meio das passeatas. Resumindo, “matando-se, Getúlio neutralizou as vantagens políticas que seus adversários haviam acumulado” (GLASBERG; 1982, p. 125).

O que podia ser considerado o fim de Lacerda não se concretizou. Na segunda metade da década de 1950, ele utilizaria novamente seu modo de ação enquanto figura pública, misturando mais uma vez jornalismo e política.

Anos JK: Publica na *Tribuna*, discursa no Plenário

Na verdade, podemos constatar duas ações marcantes de Carlos Lacerda nos anos JK. Inicialmente, a sua defesa do golpe para evitar a posse de Juscelino e, depois, suas denúncias acerca do caso João Goulart e o “escândalo do pinho”. Em ambos, diferentemente da crise varguista, Lacerda atuava concomitantemente (literalmente) como deputado federal (mais votado do Distrito Federal em outubro de 1954) e jornalista.

A primeira ação, no final de 1955, teve como foco, no começo, o candidato a vice de Kubitschek, João Goulart. De acordo com seus opositores, Lacerda, seguindo moldes golpistas já decorrentes na história política brasileira, atua na imprensa junto com a crise que se instalava no governo Café Filho.

A 16 de setembro de 1955, Carlos Lacerda agitou a opinião pública, divulgando com estardalhaço uma carta supostamente escrita por um ex-deputado argentino, em 1953, ao então ministro do Trabalho, João Goulart. O ex-deputado, Antonio Brandi, era ligado ao presidente Juan Domingo Perón, que viria a ser derrubado pelas Forças Armadas argentinas ainda naquele mês. A carta fazia referência a armas compradas por Goulart na província argentina de Córdoba. Aludia também a “brigadas de choque operárias” que estariam sendo organizadas pelo ex-ministro do Trabalho. As manchetes da *Tribuna da Imprensa*, do Rio, não deixavam por menos: “Traição em Marcha”, dizia a mais amena, ao mesmo tempo que denunciava a “infiltração peronista no Brasil pela mão de João Goulart”. (...) A carta era falsa! Havia sido forjada por dois aventureiros argentinos, Alberto Jorge Mestre Cordero e Fernando Francisco Malfussi. “Provou o General Maurell”, comentava *O Cruzeiro* a 10 de dezembro, “que a Carta Brandi foi forjada em julho de 1955 e somente usada em 16 de setembro. Houvera, por conseguinte, tempo de sobra para o sr. Lacerda e seu grupo investigarem a identidade da dupla que lhe entregou o documento falso”. A utilização de textos falsificados não era novidade na política brasileira. Em 1922, as “cartas falsas” de Bernardes serviram de estopim à revolta tenentista; em 1937, o “Plano Cohen” foi utilizado por Getúlio para justificar a implantação do Estado Novo. Lacerda, com a “Carta Brandi”, havia enveredado pelo mesmo caminho (BENEVIDES; 1982, p. 197).

Apesar desse revés, Lacerda intensificou sua ação dupla de jornalismo-política. Tanto que, no mesmo dia, faz o mesmo pedido em seu jornal e no Plenário. “‘Esses homens [JK e Jango] não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão

posse’, escrevia Lacerda a 9 de novembro de 1955 em seu jornal *Tribuna da Imprensa*. (...) E pede na Câmara que a Constituição seja suspensa e os direitos individuais suprimidos” (BENEVIDES; 1982, p.197). Entretanto, Carlos Lacerda tinha uma outra visão dessa campanha:

O tipo de solução que propunha para a época foi exposto – nunca fiz segredo da minha posição – numa série de artigos na *Tribuna* sobretudo, e em alguns discursos na Câmara, estes muito perturbados pelo próprio clima em que vivia o Congresso: um clima revanchista, um clima de “assassino de Vargas”, com uns sujeitos ameaçando tirar o revólver. Um clima conflituoso, em suma. Mas, sobretudo, através de artigos na *Tribuna*, eu recomendava o que chamava na ocasião, e talvez tenha errado em dar esse nome, o “regime de exceção”. Eu não chamava de “regime de exceção” por ser um regime sem garantias para os cidadãos, nem um regime, enfim, autoritário-fascista. Eu o chamava de “regime de exceção” por ser um regime de transição, durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao país entrar num regime democrático mais autêntico: eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que à emoção (LACERDA; 1978, p. 151).

Deixando de lado a discussão acerca do caráter, democrático ou não, das propostas de Lacerda, o interessante é ver como tanto a sociedade como ele mesmo percebiam que sua forma de agir atuava no sentido midiático e no político. Só que tal estratégia não deu certo e com o “Golpe da Legalidade” do General Lott, JK foi empossado presidente e os partidários do golpe, incluindo Lacerda, tiveram que se exilar temporariamente.

A segunda ação ocorre após o retorno de Lacerda do exílio e com Juscelino exercendo o Poder. Esse episódio, da denúncia do “escândalo do pinho” e do processo de cassação do deputado-jornalista. Novamente, a ação da figura pública foi efetuada duplamente como podemos observar:

Carlos Lacerda foi o pivô da maior batalha parlamentar do período JK. Em agosto de 56, divulgava, na *Tribuna da Imprensa*, noticiário sobre uma suposta negociata de madeira brasileira com o governo Perón, através de um “importante legislador brasileiro”, que não seria outro senão o vice-presidente João Goulart. O Governo conseguiu engavetar o caso em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas no ano seguinte, já como novo líder da UDN no plenário, Lacerda retorna as denúncias do então chamado “escândalo do pinho” e revela telegrama cifrado do Itamaraty. A reação do Governo é imediata: a Justiça Militar solicita à Câmara licença para processá-lo por crime contra a Segurança Nacional. (...) Embora a maioria simples fosse contra Lacerda (152 votos contra e 132 a favor), venceu a oposição, pois para que o Governo pudesse processar o parlamentar seriam necessários 164 votos (BENEVIDES; 1982, p. 209).

Apesar de só ter causado polêmica, Lacerda sai vitorioso do embate com JK. Sua forma de ação dupla, combinando jornalismo e política, era perigosa demais para o

Governo vigente. Como não conseguiu afastá-lo do campo político da esfera pública, Juscelino teve que agir no jornalístico.

Não resta dúvida de que a força da voz e da imagem de Lacerda ameaçava o governo, tanto que este já tomara providências para impedi-lo de falar pela televisão ou pelo rádio, baixando uma portaria pela qual os concessionários eram proibidos de transmitir programas obscenos ou insultuosos às autoridades públicas. Essa medida preventiva destinada a afastar Lacerda dos meios de comunicação visava, sem dúvida, a exorcizar o fantasma do *tombeur de présidents*. Em agosto de 1954, o atentado de que foi vítima na porta de sua casa, na rua Toneleros, havia sido o golpe fatal no cambaleante governo de Vargas quem à renúncia, preferira a morte. Em novembro de 1955, fora ele a liderança civil do movimento que tentara impedir a posse de Juscelino Kubitschek, o presidente recém-eleito (DA MOTTA; 1999, p. 10).

Impedido de realizar sua ação dupla enquanto figura pública, Carlos Lacerda continuou um personagem polêmico nos anos 50, porém com menor força e sem emplacar nenhum escândalo até o final do Governo Juscelino. Graças às medidas de JK, Lacerda reestrutura sua ação dupla, trocando o jornalismo pela oratória na esfera pública.

Quando Juscelino proibiu minha ida à televisão, através do General Mourão Filho, que era diretor de um negócio lá do Ministério da Viação, partimos para essa solução do caminhão do povo, que na época foi uma solução extremamente feliz. Com a falta de contato com o povo através da televisão, tivemos contato direto com a massa no meio da rua, o que diminuía muito o âmbito da coisa, mas não nos isolava do povo. A televisão, apesar de tudo, não tinha a força que tem hoje, e o povo sempre ia para rua nos ouvir. O caminhão rodava o bairro, a cidade, e a gente fazia dez, vinte comícios na mesma noite (LACERDA; 1978, p. 91).

Lições lacerdistas e o futuro do jornalismo

É conhecido do público que, nos anos 60, Carlos Lacerda manteve sua conduta polêmica, levando-o a perder seus direitos políticos no final dessa década. Entretanto, sua figura pública não teve o mesmo impacto conseguido nos anos 50. Depois dessa longa análise, misturando o personagem histórico com pontos teóricos, o que podemos concluir na busca de uma melhoria na atividade jornalística?

Parece claro que, no decorrer desse artigo, a ação dupla, apesar de atuar no campo midiático, nada tem de jornalismo. Seus ganhos para a figura pública de Carlos Lacerda são integralmente políticos. Se tal comportamento for um tipo ideal para a teoria de Louis Quéré, o jornalismo corre sério risco de perder sua função social.

Agir como Carlos Lacerda, atualmente, serve apenas para reforçar a já citada conclusão habermasiana de que na esfera pública, “a massa da população é excluída da

discussão pública e do processo de tomada de decisão, e é tratada como recurso manipulável que os líderes podem utilizar para extrair, com o auxílio das técnicas da mídia, aprovação suficiente para legitimar seus programas políticos” (THOMPSON; 2002, p. 72).

Não há dúvidas que, hoje, não há “Lacerdas” soltos na esfera pública brasileira. Os políticos que possuem redes de rádio e TV preferem atuar mais como *gatekeepers* da informação do que colocar a cara para bater na discussão pública. Já os jornalistas polêmicos não são mais políticos e suas críticas caricatas não ecoam com força na sociedade e na esfera do Poder.

A ação dupla entre jornalismo-Poder ou jornalismo-política, apesar de ser prejudicial para uma práxis transformadora do jornalismo, não deve ser varrida para baixo do tapete ou ignorada. A compreensão desse processo é necessária para buscar acertos de relação com a massa e não cometer os mesmos erros e as mesmas tentações. Feito isso, podemos pensar em um jornalismo cumprindo cada vez mais sua função social.

Bibliografia

- BENEVIDES, Maria Victoria. *A Era de JK*. In: *Nosso século 1945/1960*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOURDIEU, Pierre . *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.
- BRUNINI, Raul. *Depoimento*. Rio de Janeiro: História Oral/CPDOC-FGV, 1994.
- DA MOTTA, Marly Silva. *Frente e verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 24, p.1-35. Disponível na Internet em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/274.pdf>, 1999.
- DE ABREU, Alzira Alves & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a Crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GLASBERG, Rubens. “*Ele voltará!*”. In: *Nosso século 1945-1960*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- QUÉRÉ, Louis. *Der miroirs equivoques*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WAINBERG, Jacques A., CAMPOS, Jorge & BEHS, Eduardo. *Polemista, o personagem esquecido do jornalismo*. Intercom. São Paulo, vol. 25, nº 1 jan/jul, p. 47-68, 2002.